

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Eu sempre disse que John Maynard Keynes viverá  
enquanto o mundo precisar dele. O que o mundo decidiu,  
30 anos atrás, foi que não precisava mais de Keynes:  
4 o sistema de mercado se autocorrigia automaticamente;  
o keynesianismo só levava à inflação.

A grandeza de Keynes, e, na verdade, a sua  
7 singularidade como economista, é o fato de ele ter sido mais  
do que um economista. Além de ser um brilhante teórico e  
um grande administrador, ele foi o único poeta da natureza  
10 humana na área da economia. Ele tentou colocar a sua  
poesia a serviço da ciência e das políticas de governo. Mas  
tal proposta não se adequava bem à realidade, conforme ele  
13 próprio reconheceu em parte. A parte poética e a científica  
da sua teoria eram discordantes. Assim, a poesia foi  
extirpada, e, com isso, a sua ciência também veio abaixo.  
16 De acordo com os teóricos, ele nunca conseguiu demonstrar  
por que agentes racionais deveriam desprezar negócios que  
os beneficiariam.

19 Assim que a ciência de Keynes se foi, restou pouco  
ou nada das políticas keynesianas: tudo o que é necessário  
à economia é um sistema bancário central, cujos princípios  
22 são bem anteriores à economia de Keynes.

Robert Skidelsky. **O retorno de Keynes**. Internet:  
<noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos à interpretação e aos aspectos linguísticos do texto acima.

- 1 Em “A grandeza de Keynes, e, na verdade, a sua singularidade como economista, é o fato de ele ter sido mais do que um economista” (l.6-8), a substituição de “é” por **são** e a supressão das vírgulas contidas no período resultariam em uma construção gramaticalmente correta.
- 2 No texto, “extirpada” (l.15) é sinônimo de **exaurida**. De acordo com o texto, a exaustão da poesia que havia na teoria de Keynes levou à exaustão da sua ciência.
- 3 Depreende-se do texto que, da perspectiva dos teóricos referidos na linha 16, agentes racionais não desprezam negócios que os beneficiam.
- 4 Da perspectiva do “eu” do texto, o pensamento keynesiano continua vivo.

1 **Entrevistador:** Segundo seu livro, a “storytelling”  
(narração de histórias) passou a ser adotada do *marketing* de  
produtos à comunicação política. Por que a política hoje se volta  
4 para a emoção mais do que para o intelecto ou a razão?

7 **Christian Salmon:** Apresentadas sob a forma de um  
enredo fácil de compreender, as implicações da política mobilizam  
emoções como o medo, a solidão, a necessidade de proteção. Os  
cidadãos são jogados em um universo narrativo (a cruzada contra  
o eixo do Mal etc.) e convidados a escolher entre os “bons” e os  
10 “maus”.

13 **Entrevistador:** O senhor escreve que à realidade de uma  
concorrência cada vez mais feroz o neogerenciamento opõe a  
ficção de que, no trabalho em equipe moderno, os empregados não  
estão verdadeiramente em concorrência uns com os outros. A essa  
ficção soma-se outra, ainda mais importante, a saber, que os  
16 operários e os patrões não são antagônicos. O padrão gera apenas  
um processo de grupo. Isso seria um novo modelo de capitalismo  
e de controle?

19 **Christian Salmon:** No livro **Vigiar e Punir**, Michel  
Foucault mencionava a constituição de um “poder de escrita”  
como uma peça essencial no encadeamento da disciplina militar,  
sanitária, escolar etc. Pode-se ver no triunfo da “storytelling” o  
22 nascimento de um “poder de narrativa” capaz de assegurar o  
controle de indivíduos, uma “máquina de contar” e formatar bem  
mais eficaz que todas as imagens orwellianas da sociedade  
25 totalitária.

O assunto dessa nova ordem narrativa não é nem  
28 o consumidor alienado, nem o trabalhador explorado, nem mesmo  
o cidadão doutrinado, mas um indivíduo enfeitado, imerso num  
universo, preso a uma rede narrativa que filtra as percepções,  
31 estimula os efeitos e conduz as condutas.

Entrevista de Christian Salmon a Leneide  
Duarte-Plon. Internet: <pphp.uol.com.br> (com adaptações).

Considerando as estruturas linguísticas e as ideias do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 5 No texto, a construção “Apresentadas sob a forma de um enredo fácil de compreender” (l.5-6) funciona como um modificador restritivo de “as implicações da política” (l.6) e é seguida de vírgula por estar deslocada da sua posição canônica.
- 6 As aspas em ‘bons’ e ‘maus’ (l.10), de certa forma, expressam a visão de Christian Salmon de que essas categorias, juntas, abarcam todo o conjunto da humanidade e que são excludentes entre si.
- 7 Se, em lugar de “o neogerenciamento” (l.12), houvesse **as ações de neogerenciamento**, o verbo “opõe” (l.13) deveria ficar na forma **opõem**, a fim de que se mantivesse a correção gramatical do trecho.
- 8 Na linha 17, a palavra “Isso” retoma o significado de “um processo de grupo” e poderia de modo igualmente correto ter sido grafado **Isto**.
- 9 Uma forma alternativa gramaticalmente correta de se expressar o conteúdo de “O assunto dessa nova ordem narrativa não é nem o consumidor alienado, nem o trabalhador explorado, nem mesmo o cidadão doutrinado” (l.27-29) é: O assunto dessa nova ordem narrativa não é o consumidor alienado, ou o trabalhador explorado, ou mesmo o cidadão doutrinado.

1 As tradições éticas do mundo pré-moderno  
concentravam-se nas qualidades do caráter responsáveis por uma  
vida boa e feliz — as virtudes. A natureza exata dessas virtudes  
4 era uma questão aberta à discussão. Os antigos gregos  
identificaram a coragem, a temperança, a prudência e a justiça. Os  
cristãos acrescentaram a fé, a esperança e a caridade à lista, e  
7 rebaixaram o orgulho — que para os pagãos era uma virtude —  
a um vício. Outras virtudes foram exaltadas em caráter mais  
temporário. A Renascença enaltecia a intrepidez; os puritanos, a  
10 parcimônia e a labuta. O Oriente tem as suas próprias tradições.  
Confúcio enfatizava a devoção filial, Lao-Tsé, a espontaneidade.  
Mas todos concordavam que as virtudes — algumas virtudes —  
13 devem ser o cerne da vida moral.

A ética das virtudes injetou uma vida nova na filosofia da  
moral. Ela salvou essa filosofia da aridez e colocou-a em contato  
16 com a teologia, a literatura e a história. Mas a influência da ética  
das virtudes no chamado “mundo real” tem sido nula. Nessa área,  
se houve movimento, foi na direção oposta, com diretrizes e  
19 metas engolindo aquilo que no passado era o reino da decência e  
do senso comum.

Edward Skidelsky. **O retorno da bondade.**  
Internet: <noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, acerca dos aspectos linguísticos e da interpretação do texto acima.

- 10 As vírgulas usadas em “Os antigos gregos identificaram a coragem, a temperança, a prudência e a justiça” (l.4-5) justapõem elementos de mesma função sintática, ao passo que a vírgula usada em “A Renascença enaltecia a intrepidez; os puritanos, a parcimônia e a labuta” (l.9-10) justapõe elementos com funções sintáticas distintas.
- 11 Na linha 7, a oração “que para os pagãos era uma virtude” tem caráter explicativo e poderia corretamente ter sido marcada com vírgulas em vez de travessões.
- 12 No texto, estabelece-se uma hierarquia entre cristãos e gregos antigos quanto ao conhecimento teórico relativo à ética das virtudes, estando os primeiros em posição superior à dos segundos.
- 13 Depreende-se do texto que, independentemente de qual era o conjunto de virtudes definido por cada grupo social pré-moderno citado, para cada um deles, o centro da vida moral deveria ser o conjunto de virtudes.
- 14 Do ponto de vista expresso no texto, no “mundo real”, não há ética.

## A Vaguidão Específica

- 1 — Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte.  
— Junto com as outras?  
— Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir  
4 alguém e querer fazer coisa com elas. Ponha no lugar do  
outro dia.  
— Sim senhora. Olha, o homem está aí.  
7 — Aquele de quando choveu?  
— Não, o que a senhora foi lá e falou com ele no domingo.  
— Que é que você disse a ele?  
10 — Eu disse pra ele continuar.  
— Ele já começou?  
— Acho que já. Eu disse que podia principiar por onde  
13 quisesse.  
— É bom?  
— Mais ou menos. O outro parece mais capaz.  
16 — Você trouxe tudo pra cima?  
— Não senhora, só trouxe as coisas. O resto não trouxe  
porque a senhora recomendou para deixar até a véspera.  
19 — Mas traga, traga. Na ocasião nós descemos tudo de novo.  
É melhor, senão atravanca a entrada e ele reclama como na  
outra noite.  
22 — Está bem, vou ver como.

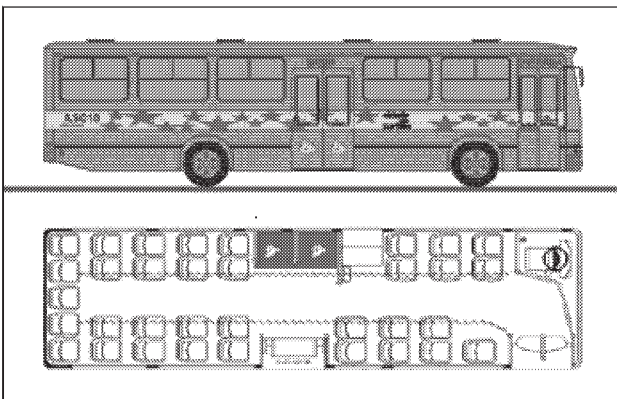
Millôr Fernandes. Internet: <www2.uol.com.br>.

Acerca dos aspectos linguísticos e interpretação do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 15 No texto, as construções “Sim senhora” (l.6) e “Não senhora” (l.17) são usadas, respectivamente, para responder a uma pergunta indireta e a uma pergunta direta.
- 16 No texto, além das ocorrências da palavra “senhora” (l.6, 8, 17 e 18), não há outros indícios de que existe uma hierarquia entre as interlocutoras.
- 17 O título do texto sintetiza uma característica do diálogo mantido entre as duas interlocutoras: a vaguidão que caracterizaria as expressões linguísticas, se elas fossem interpretadas fora de contexto, contrasta com a precisão com que essas mesmas expressões são interpretadas pelas interlocutoras.
- 18 A construção “Não, o que a senhora foi lá e falou com ele no domingo” (l.8) pode ser tomada como sendo condizente com o registro escrito padrão da língua portuguesa se dela se retira a sequência “foi lá e”.

Considerando as normas de redação de correspondências oficiais, julgue os itens a seguir.

- 19 Ainda que trate de um assunto de trabalho, um *e-mail*, por suas características de comunicação rápida, pode conter expressões abreviadas como vc (você) e tb (também) e até mesmo prescindir do uso do vocativo no início da mensagem.
- 20 Em uma situação em que o destinatário (do sexo masculino) de um memorando é tratado por Vossa Senhoria, os adjetivos que predicam dessa expressão devem concordar com o gênero masculino, e o fecho da correspondência deve ser feito com **Atenciosamente**.



RASCUNHO

A figura acima apresenta a planta de assentos de um ônibus: 13 assentos na parte dianteira e 21 assentos na parte traseira. Há ainda 2 espaços vagos, sem assentos, para cadeirantes. Acerca das maneiras que os passageiros podem escolher seus assentos, julgue os itens a seguir.

- 21 Suponha que 5 estudantes entrem nesse ônibus no ponto inicial do trajeto, quando todos os assentos estão vagos. Se 3 deles sentarem-se na parte dianteira e 2, na parte traseira, então a quantidade de maneiras diferentes de serem ocupados os assentos no ônibus é inferior a 2.500.
- 22 Considere que 6 turistas entram no ônibus quando todos os assentos da parte traseira e o assento isolado da parte dianteira estão ocupados. Nesse caso, se dois dos 6 turistas não aceitam sentar-se lado a lado, então haverá no máximo  $120 \times \frac{10!}{6!}$  maneiras diferentes para que todo o grupo de turistas se acomode no ônibus.

Para ir de sua residência ao local de trabalho e voltar para casa, João passa por um terminal de passageiros. Os meios de transporte entre sua casa e o terminal são: metrô, ônibus e lotação. Entre o terminal e o local de trabalho, João pode se deslocar utilizando metrô, ônibus, lotação ou moto. Nessas condições, julgue os itens seguintes.

- 23 A quantidade de maneiras distintas disponíveis para João realizar o trajeto de casa ao local de trabalho é igual a 7.
- 24 Se algum dia João decidir não usar a lotação, tampouco utilizar, para o retorno, o mesmo tipo de transporte usado entre os trechos de ida, então ele terá 12 maneiras diferentes para organizar todos os trajetos de ida e volta.

A região metropolitana da Grande Vitória é constituída por 7 municípios, e sua gestão política compete ao Conselho Metropolitano da Grande Vitória (CMGV), constituído por 17 membros, submetidos à aprovação da Assembleia Legislativa e nomeados pelo governador do estado, com mandato de 2 anos.

Internet: <www.ceturb.es.gov.br> (com adaptações).

Considerando que, dos 17 membros do CMGV, 3 são representantes da Assembleia Legislativa e 2, da sociedade civil, julgue os itens subsequentes.

- 25 A quantidade de comissões distintas compostas por 7 membros escolhidos entre os 17 membros do CMGV, em que, no máximo, um deles seja representante da Assembleia Legislativa, é inferior a 13.000.
- 26 No caso de se constituir uma comissão de 8 pessoas escolhidas entre os 17 membros do CMGV, em que pelo menos um dos componentes seja representante da sociedade civil, a quantidade de maneiras distintas de se formar a comissão é superior a 17.000.

Proposição é uma sentença que pode ser julgada como verdadeira ou falsa, mas não como verdadeira e falsa simultaneamente.

Considere que Ana, Berta e Carla sejam as mães de Ricardo, Roberto e Ronaldo, que possuem 5, 6 e 7 anos de idade. Suponha também que:

- ▶ o filho de Ana tem 7 anos de idade;
- ▶ Roberto tem 6 anos de idade;
- ▶ Carla não é a mãe de Ronaldo nem de Roberto.

A partir dessas informações, julgue os próximos itens.

- 27 A proposição “Se Ricardo tem 7 anos de idade, então Ana é a mãe de Ricardo” é verdadeira.
- 28 A proposição “Berta é a mãe de Roberto e o filho de Carla tem 6 anos de idade” é verdadeira.

Uma dedução lógica é uma sequência finita de proposições na qual algumas proposições, denominadas premissas, são supostas verdadeiras, e as demais proposições, chamadas conclusões, são também verdadeiras por consequência das premissas e de conclusões previamente obtidas. Considere as quatro proposições a seguir.

- A: Se Abel não mora em Vitória, então Beto mora em Serra.
- B: Se Carlos mora em Serra ou em Vila Velha, então Abel mora em Vitória.
- C: Se Danilo não mora em Vitória, então Carlos mora em Vila Velha.
- D: Beto mora em Linhares.

Sabendo que cada um dos rapazes mora em uma cidade diferente, considerando as proposições A, B, C e D como premissas de uma dedução lógica, julgue os itens que se seguem.

- 29 Danilo mora em Vitória.
- 30 Carlos não mora em Vila Velha.





Considerando a figura acima e os conceitos de sistema operacional no ambiente Windows, julgue os itens a seguir.

- 31 No Windows XP, é possível trabalhar *offline*, pois é permitido o uso de programas e arquivos de rede compartilhados mesmo quando o computador não está conectado à rede.
- 32 A pasta contém todos os arquivos de configuração do Windows, razão por que não pode ser excluída.
- 33 O limite de subpasta permitido no Windows Explorer é 3; portanto, não é possível criar subpasta na pasta .
- 34 Ao se clicar a pasta com o botão direito do *mouse*, é apresentada na lista de opções a função criptografar pasta na qual se pode criar uma senha que protege o conteúdo existente.
- 35 Uma forma de encaminhar uma pasta e o seu conteúdo por *e-mail* é compactar e anexar o arquivo.

	A	B	C
1	Componente de Custo	Custo	Participação
2	COMBUSTIVEL	0,659	17,31%
3	LUBRIFICANTES	0,056	1,48%
4	RODAGEM	0,095	2,50%
5	DEPRECIACÃO DE VEÍCULOS	0,277	7,26%
6	DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0,00%
7	REMUNERAÇÃO DE VEÍCULO	0,233	6,12%

Com referência à figura acima que mostra uma planilha em edição no Excel e à edição de textos e apresentações no ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 36 Para se alterar o formato das letras da coluna A para minúscula é suficiente selecioná-la e clicar a opção Minúscula do *menu* Formatar.
- 37 Ao se clicar e pressionar a tecla , todo o conteúdo da coluna B a partir da segunda linha será excluído.
- 38 A planilha mostrada pode ser copiada tanto para um texto em edição no Word como para um *slide* de apresentação do PowerPoint utilizando-se o recurso da área de transferência.
- 39 Para se inserir uma coluna no início da planilha, é suficiente selecionar a coluna A e clicar a opção Colunas do *menu* Inserir.
- 40 Para se aumentar o número de casas decimais da coluna B, é suficiente selecionar os dados da referida coluna e clicar o botão .

Acerca da legislação específica aplicável à Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), julgue os itens a seguir.

- 41 À CETURB-GV incumbe a elaboração dos regimentos e demais normas incidentes sobre o sistema de transporte urbano, sobre as demais atividades a ele ligadas, direta ou indiretamente; mas não é atribuição da CETURB-GV elaborar normas sobre infrações a tais regimentos juntamente com as penalidades aplicáveis.
- 42 A permissão de uso a que se refere o Decreto n.º 2.737-N não gera direito ou continuidade na exploração dos serviços, mas não pode ser revogada ou alterada sem a devida indenização ao permissionário, ainda que por interesse da coletividade.
- 43 As lojas e áreas destinadas à instalação de unidades comerciais e outras atividades terão seus recursos delegados a pessoas físicas ou jurídicas que demonstrem capacidade na forma da lei, selecionadas em licitação pública e que se proponham ao exercício de atividades autorizadas pela CETURB-GV.
- 44 Os serviços de publicidade nos terminais deverão ser explorados exclusivamente pela CETURB-GV.
- 45 A sublocação das lojas ou áreas delegadas, cujo uso é delegado pela CETURB-GV, é proibida.

Com relação à legislação específica da CETURB-GV, julgue os itens que se seguem.

- 46 A delegação do transporte seletivo se fará por intermédio de permissão de execução de serviço, que pode ser rescindida, por iniciativa da permissionária, somente no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, sendo certo que os serviços serão paralisados tão logo haja o descumprimento das aludidas normas contratuais.
- 47 O número mínimo de viagens, o tipo de veículo, o intervalo entre as viagens, o itinerário e os horários de partida dos pontos iniciais e de chegada nos pontos finais deverão ser programados previamente pelos próprios permissionários e apresentados à CETURB-GV para autorização e homologação.
- 48 De acordo com o estatuto social da CETURB-GV, seus acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador, desde que este tenha sido constituído há mais de um ano e seja diretor da companhia, respeitados os impedimentos legais.
- 49 O serviço público de transporte coletivo ou seletivo de passageiros pode ser executado, mediante transferência a terceiros, por intermédio de delegação, subdelegação, contratação, permissão ou outro instrumento jurídico válido.
- 50 A permissão, concedida por prazo certo e determinado, será renovada ou mantida, enquanto a execução do serviço for considerada eficiente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação aos princípios e às normas que regem o serviço público federal, julgue os itens a seguir.

- 51 A investidura em cargo ou emprego público dependerá sempre de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, de acordo com a sua natureza e complexidade.
- 52 Embora a Constituição Federal de 1988 (CF) exija a reserva, por meio de lei, de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência física, é entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que tal regra não tem aplicação se a incidência do percentual previsto em lei resultar, no caso concreto, em número inferior a um.
- 53 Segundo expressa previsão constitucional, é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, nos termos e limites definidos em lei.
- 54 Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos poderes da administração pública.

- 55 Constitui exemplo de exercício do poder hierárquico pela administração pública a imposição de penalidades a concessionário de serviço público em razão de falhas na sua prestação.
- 56 Embora a autoexecutoriedade seja atributo do poder de polícia, a cobrança de multa imposta pela administração traduz exceção a tal regra, pois, considerado que tal atributo pode ser dividido nos elementos executoriedade e exigibilidade, falta à sanção pecuniária este último elemento.
- 57 Segundo entendimento do STJ, o poder disciplinar é sempre vinculado, não havendo qualquer espaço de escolha para o administrador, quer quanto à ocorrência da infração, quer quanto à pena a ser aplicada, razão pela qual o ato pode ser revisto em todos os seus aspectos pelo Poder Judiciário.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 58 Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a aposentadoria seria exemplo de ato composto mesmo nos casos em que o tribunal de contas, no exercício do controle externo constitucionalmente previsto, aprecia a legalidade da própria concessão.
- 59 Atos praticados pela administração valendo-se de suas prerrogativas e regidos por normas de direito público são exemplos de atos administrativos, não podendo ser classificados, portanto, como atos da administração.
- 60 Não pode ser convalidado pela administração o ato administrativo que desrespeite competência exclusiva, viole forma expressamente prevista em lei ou que seja praticado em desvio de finalidade.
- 61 A revogação de atos pela administração pública, por motivos de conveniência e oportunidade, possui limitação de natureza temporal, como, por exemplo, o prazo quinquenal previsto na Lei n.º 9.784/1999, no entanto não possui limitação de natureza material.

Julgue os itens seguintes, a respeito da responsabilidade civil do Estado.

- 62 A teoria da responsabilidade objetiva do Estado, adotada expressamente pelo CF, encontra fundamento no conceito de risco administrativo, razão pela qual o denominado risco integral não encontra qualquer espaço de aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 63 Segundo entendimento mais recente dos tribunais superiores, a concessionária ou permissionária de serviço público responde objetivamente pelos danos causados tanto ao usuário quanto ao não usuário, decorrentes da prestação do serviço.
- 64 A responsabilização do Estado por danos decorrentes de condutas omissivas de seus agentes depende, em regra, da demonstração de culpa.
- 65 Segundo o entendimento do STJ, em demanda na qual se discuta responsabilidade objetiva do Estado não se permite a denunciação à lide do agente causador do dano, pois tal medida provocaria indevida demora no processo, esvaziando a própria previsão constitucional que afasta, em tais casos, a discussão sobre a culpa.

Quanto às normas gerais da desapropriação, julgue os itens que se seguem.

- 66 A legislação sobre desapropriação admite a figura da imissão provisória na posse, ou seja, a situação jurídica em que o expropriante passa a ter a posse provisória do bem antes do término da ação expropriatória, independentemente do cumprimento de qualquer requisito.
- 67 Inexiste previsão legal de intervenção do Ministério Público no processo expropriatório.
- 68 Os juros compensatórios, devidos pelo expropriante a título de compensação pela ocorrência da imissão antecipada na posse, são devidos independentemente de o imóvel produzir ou não renda para o expropriado, salvo se a propriedade for absolutamente improdutiva.
- 69 Os juros moratórios decorrem do atraso no pagamento da indenização, sendo devidos a partir do dia primeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ter sido feito ao expropriado.
- 70 Como os pressupostos dos juros moratórios e compensatórios são diversos, a acumulação de ambos é inviável.

Para que se possa dominar o sistema processual, é necessário que se conheça os seus institutos. Com base nessa afirmativa, julgue os itens a seguir.

- 71 Nos termos do Código de Processo Civil vigente, como toda sentença de carência de ação é na realidade uma sentença de mérito, após o trânsito em julgado, essa sentença está protegida pelo fenômeno da coisa julgada material.
- 72 Segundo a teoria da asserção, se o juiz realiza cognição profunda sobre as alegações contidas na petição inicial, ele, na verdade, profere juízo acerca do mérito da questão, gerando, com isso, uma sentença de rejeição do pedido do autor com a produção de coisa julgada material.
- 73 A possibilidade jurídica do pedido consiste na inexistência de vedação e na existência de previsão, no ordenamento jurídico, para o pedido formulado pelo autor.
- 74 São denominadas equivalentes jurisdicionais ou formas alternativas de solução de conflitos a autotutela, a autocomposição e a arbitragem.
- 75 A *perpetuatio iurisdictionis* é uma regra absoluta, uma vez que define o momento em que se firma a competência.



No que concerne ao processo, ao procedimento e ao pedido, julgue os itens que se seguem.

- 76 Em processo de conhecimento, não é possível obter providência de natureza cautelar a título de antecipação de tutela.
- 77 Se o autor empregar o procedimento sumário, admitir-se-á a cumulação, em um único processo contra o mesmo réu, de vários pedidos com tipos diversos de procedimento, ainda que, entre eles, não haja conexão.
- 78 Considere que, por três vezes, o autor de determinada ação tenha dado causa, por abandono, à extinção do processo. Nessa situação, é correto afirmar que, além de ter perdido o direito de renovar a propositura da demanda com o mesmo objeto, o autor também não poderá alegar em defesa o seu direito.

Em sentido processual, parte é aquele que pede (autor) e aquele em face de quem se pede (réu) a tutela jurisdicional. Quanto às partes e à capacidade, julgue os itens subsequentes.

- 79 O assistente listisconsorcial é parte não principal, e o assistente simples é terceiro interveniente.
- 80 Capacidade de ser parte corresponde à capacidade de estar em juízo e praticar atos processuais. Trata-se de pressuposto processual de validade do processo, sendo, inclusive, um vício sanável. Capacidade postulatória, por outro lado, diz respeito à capacidade de gozo e exercício de direitos e obrigações e trata-se de pressuposto processual de existência.

A respeito do processo de execução, julgue os itens seguintes.

- 81 No processo de execução, quando o oficial de justiça não encontra o devedor para promover a sua citação, a solução preconizada é a citação por hora certa.
- 82 Os embargos do devedor são ação de conhecimento, geradora de processo incidental e autônomo, mediante a qual, mesmo sem a suspensão da execução, o executado impugna a pretensão creditícia do exequente e a validade da relação processual executiva.

O prefixo re- significa tornar a fazer, fazer novamente, voltar a fazer, reconstituir o *status quo* anterior. Esse significado explica o sentido e a função dos recursos em geral, pois são expedientes por meio do qual se provoca a reapreciação de matéria já decidida. No que se refere aos recursos em geral, julgue os itens a seguir.

- 83 Os embargos de declaração podem ser opostos toda vez que houver, nas decisões interlocutórias obscuridade, contradição ou omissão.
- 84 Trata-se de requisito intrínseco de admissibilidade do recurso extraordinário a repercussão geral da questão constitucional nele versada.
- 85 Os recursos extraordinário e especial são recebidos apenas no efeito devolutivo e, por isso, não têm o condão de evitar a eficácia imediata ou a execução da decisão impugnada.
- 86 No julgamento da apelação, o agravo retido deve ser conhecido mesmo que a parte não tenha requerido expressamente a sua apreciação pelo tribunal, desde que comprovado o respectivo preparo.

Em relação ao negócio jurídico, julgue o item abaixo.

- 87 Pelo princípio da liberdade da forma, a validade da declaração de vontade não depende de forma especial, ainda que a lei expressamente a exija.

No que concerne à extinção das obrigações e à Teoria da Imprevisão, julgue os itens que se seguem.

- 88 O pagamento é o meio normal do cumprimento de obrigações e, para alguns doutrinadores, trata-se de um negócio jurídico, que será nulo, por exemplo, quando efetuado por agente incapaz, e anulável se ocorrerem vícios de consentimento.
- 89 Para se evitar enriquecimento injusto, quando sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, ainda que por motivos previsíveis e independentemente do pedido da parte, o juiz deverá corrigi-lo, a fim de assegurar o valor real da prestação.
- 90 Considere que, em razão de acordo judicial, Jorge deva dois meses de alimentos a Luciana, que pegou dinheiro emprestado com Jorge para fazer uma viagem de férias e não lhe pagou. Nesse caso, como ambas as dívidas são líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, é correto afirmar que as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

O Código italiano possui norma que estabelece que, no desenvolvimento das tratativas e na formação do contrato, as partes devem portar-se de boa-fé. Esse dispositivo certamente serviu de inspiração para o Código Civil brasileiro atualmente em vigor. A respeito da boa-fé nos contratos, julgue o próximo item.

- 91 Como corolário da cláusula geral de boa-fé objetiva, proíbe-se *venire contra factum proprium*.

Para os casos de inadimplemento da obrigação, a doutrina brasileira refere-se à distinção da cláusula penal entre as espécies compensatória e moratória. Com base nessa afirmativa, julgue o item a seguir.

- 92 Considere que Isabel tenha contratado uma empresa para fazer a decoração da igreja para seu casamento, mas que, ao chegar à igreja, ela tenha verificado que o local não estava decorado, mas o casamento foi celebrado. Nessa situação hipotética, em razão do inadimplemento da obrigação, Isabel pode exigir da empresa, desde que efetivamente comprovado o prejuízo sofrido, a satisfação da pena cominada no contrato, juntamente com o desempenho da obrigação principal acordada.

A palavra responsabilidade origina-se do latim *re-spondere*, que encerra a ideia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado. Acerca de responsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.

- 93 A responsabilidade subjetiva é a regra, mas, em dispositivos vários e esparsos do diploma civil, verifica-se a responsabilidade objetiva, caso em que se prescinde totalmente da prova da culpa e da relação de causalidade entre a ação ou omissão e o dano.
- 94 Quem toma um ônibus tacitamente celebra um contrato com a empresa de transporte, que, por meio desse contrato assume a obrigação de conduzir o passageiro a seu destino, são e salvo. Por isso, se, no trajeto, ocorre um acidente e o passageiro fica ferido, a empresa deve indenizá-lo, independentemente de culpa, em decorrência da responsabilidade aquiliana.
- 95 Considera-se assalto ocorrido em interior de ônibus causa excludente da responsabilidade da empresa transportadora, por tratar-se de fato de terceiro inteiramente estranho à atividade de transporte — fortuito externo.

Acerca do dissídio individual, julgue os itens a seguir.

- 96 Entende-se por perempção provisória a impossibilidade de o reclamante ajuizar nova reclamação trabalhista se ele tiver dado causa a dois arquivamentos seguidos, levando-se em consideração que a ação deverá conter o mesmo empregador e o mesmo objeto.
- 97 Após o ajuizamento da reclamação trabalhista e a respectiva autuação, o processo será remetido ao juiz para que ele possa mandar citar o réu.
- 98 O oferecimento de qualquer espécie de exceção acarreta a suspensão do processo até que se resolva a questão suscitada.
- 99 Na ação trabalhista ajuizada por empregado doméstico contra empregador doméstico que tenha mais de dez empregados, o preposto necessariamente deverá ser empregado do reclamado.

Com relação à sistemática procedimental trabalhista, julgue os itens seguintes.

- 100 No procedimento sumaríssimo, as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, deverão comparecer à audiência de instrução e julgamento, independentemente de notificação.
- 101 Se o reclamante requerer em juízo o reconhecimento do vínculo de emprego e a reclamada negar a prestação de tais serviços, é do empregado o ônus da prova.
- 102 A produção antecipada de provas é possível na esfera trabalhista e deverá ser requerida mediante ação cautelar incidental no curso da ação principal ou mesmo por meio de uma cautelar preparatória antes da propositura da reclamação.
- 103 De acordo com entendimento consubstanciado na CLT, o documento oferecido como prova só poderá ser aceito se estiver no original ou em cópia autenticada.

No tocante à instrução e ao julgamento, julgue o item abaixo.

- 104 Coisa julgada formal ocorre quando a sentença deixou de ser atacada mediante recurso próprio no interregno temporal determinado. Já a coisa julgada material ocorre quando há a resolução do mérito, tornando-se imutável a decisão.

Com relação aos recursos trabalhistas, julgue os itens que se seguem.

- 105 Mesmo em relação às questões de ordem pública, uma vez que não foram suscitadas no apelo, opera-se a preclusão da matéria. Denomina-se tal situação de efeito translativo do recurso.
- 106 A interposição de embargos de declaração suspende o prazo para interposição de outros recursos.
- 107 No julgamento do agravo de instrumento, ao se afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo *ad quem* prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT.
- 108 É certo que, havendo condenação em pecúnia de valor inferior ao teto máximo para depósito recursal, impõe-se o depósito correspondente ao valor da condenação, se líquida, ou ao valor arbitrado pelo juízo, se ilíquida. Caso o valor da condenação ou o valor arbitrado seja superior ao teto máximo, o depósito deverá se limitar a este.
- 109 Para o re-exame pelo tribunal das decisões monocráticas proferidas pelos seus próprios juízes cabe interpor agravo regimental no prazo de oito dias.

Acerca do processo de execução, julgue os itens a seguir.

- 110 No processo de execução contra a Fazenda Pública e as empresas públicas, não há necessidade de garantia prévia do juízo por ocasião da oposição de embargos à execução.
- 111 Na execução das obrigações de fazer ou não fazer, não haverá constrição judicial de bens, podendo o devedor, desde de que esteja garantido o juízo, opor embargos à execução.

Acerca dos contratos individuais de trabalho, julgue os próximos itens.

- 112 Os trabalhadores avulsos diferem dos trabalhadores eventuais e autônomos pelo fato de os primeiros possuírem garantia aos mesmos direitos trabalhistas do empregado com vínculo empregatício, garantia esta consubstanciada na Constituição Federal.
- 113 O contrato de experiência é um tipo de contrato a termo, o qual não poderá ser celebrado por prazo superior a três meses, podendo ser renovado somente uma única vez, sob pena de vigor automaticamente por prazo indeterminado.
- 114 Os adicionais são considerados pela doutrina como salários condição, posto que poderão ser suprimidos a qualquer momento contratual, não configurando, em nenhuma hipótese, incorporação ao salário do obreiro.
- 115 Com relação às horas extraordinárias, preceitua o art. 59 da CLT que o empregador poderá fazer horas além da jornada normal de 8 horas, nunca excedente de duas, remuneradas com o adicional de, no mínimo, 50% da hora normal. Para tanto, é necessário que as partes deixem expresso tal acerto de horas, devendo celebrar convenção ou acordo coletivo nesse sentido.

Com relação a repouso e aviso prévio, julgue os itens seguintes.

- 116 Em uma rescisão, serão consideradas férias vencidas simples aquelas que ainda estão dentro do período concessivo do empregador, mas que não foram gozadas pelo empregado. Já as férias vencidas dobradas seriam aquelas que, além de não terem sido gozadas pelo empregado, estão fora do período concessivo do empregador, por isso devendo ser remuneradas em dobro.
- 117 A assiduidade e a pontualidade são requisitos para concessão do repouso semanal remunerado, o qual deverá ser acrescido do intervalo interjornada, consubstanciado no art. 66 da CLT. Assim, após o descanso de 24 horas seguidas, mais 11 horas deverão ser somadas a esse tempo, perfazendo um total de 35 horas ininterruptas.
- 118 Em uma rescisão provocada por culpa recíproca, não há que se falar em verbas indenizatórias. Dessa forma, o empregado terá direito a saldo de salário, férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional, além do direito de sacar o FGTS mais 40%. Nesse caso, o aviso prévio é indevido.
- 119 No aviso prévio trabalhado, há uma redução da jornada em duas horas diárias ou sete dias corridos sem prejuízo da remuneração. No entanto, é facultado ao empregado trabalhar a jornada normal, de oito horas, e converter as duas horas que seriam da redução em pecúnia, haja vista que o labor efetivamente foi prestado.
- 120 O empregado estável poderá renunciar sua estabilidade e pedir demissão a qualquer momento, bastando para tanto que comunique ao empregador sua decisão.